

## Moção

Os professores e educadores do Agrupamento de Escolas do Carregado, reunidos em plenário no dia 20 de Janeiro, na qualidade de professores avaliados, fazendo valer o seu direito à avaliação, lamentam a atitude de intransigência do Ministério da Educação, mesmo depois das massivas manifestações de desagrado por parte dos professores, face a um modelo de avaliação que continuam a considerar inadequado.

Consideram que as alterações introduzidas pelo DR n.º 1-A/2009 de 5 de Janeiro, mantém, no essencial, os princípios previstos no DR 2/2008 de 10 de Janeiro: “*As alterações introduzidas respeitam apenas às condições de aplicação, mantendo-se os princípios orientadores do modelo...*”. Ora os professores já manifestaram sobejamente e de variadas formas a sua posição face aos referidos princípios.

Consideram que as simplificações introduzidas pelo DR n.º 1-A/2009 de 5 de Janeiro constituem um logro, na medida em que apenas simplificam a avaliação dos professores que prescindam das classificações de Muito Bom e de Excelente. Para os restantes, a avaliação não foi simplificada. Acresce que, da leitura deste despacho, se conclui da responsabilização dos professores, em ciclos de avaliação futuros, por factores como o abandono escolar e o aproveitamento dos alunos, situações que recusamos sejam imputadas à responsabilidade individual de cada professor.

Mantém-se um modelo por quotas, que eliminam a possibilidade de a maioria dos docentes verem reconhecidos os seus efectivos méritos. É um modelo que visa sobretudo provocar uma seriação na carreira docente, por motivos economicistas, deixando para segundo plano a melhoria da qualidade do ensino.

Neste sentido, continuam a solicitar a sua suspensão pelo Ministério da Educação e a reclamar um outro modelo mais justo, não discriminatório e formativo.

Os professores e educadores manifestam o seu desejo de continuar a cumprir as funções que decorrem da sua actividade profissional e irão levar por diante o desempenho destas como têm feito até aqui. Manifestam ainda o receio de que a imposição de um modelo de avaliação burocratizado venha a perturbar e a prejudicar aquilo que consideram essencial na escola – o processo de ensino aprendizagem e o trabalho com os alunos.

Pelo exposto, reiteram a sua intenção de ser avaliados, mas declaram o seu propósito de não entregarem os seus objectivos individuais.

Os professores consideram a situação específica dos professores contratados e compreendem que estes se salvaguardem da exposição a sanções que possam vir a prejudicar a sua integração futura na carreira docente ou a renovação e celebração de contratos.

Em coerência com as posições assumidas ao longo deste processo, os professores e educadores apelam a uma urgente revisão do ECD que elimine a divisão das carreiras, exclua a prova de ingresso na profissão e substitua o actual modelo de avaliação por um modelo mais justo, exequível, consensual e que promova efectivamente a melhoria das aprendizagens dos alunos, do desempenho dos professores e uma Escola Pública de qualidade.

Os professores reclamam a solidariedade do Conselho Executivo e do Conselho Pedagógico, enquanto órgãos da gestão democrática da escola, e que adotem as medidas que considerem mais adequadas.

Esta moção foi votada por 107 docentes presentes. Foi aprovada, com 100 votos a favor, ZERO (0) votos contra, 7 abstenções. Três professores, na impossibilidade de estarem presentes, deixaram declarações escritas de apoio à moção a apresentar.

Solicita-se ao Conselho Executivo que dê conhecimento desta moção a:

Gabinete da Exma. Sra. Ministra da Educação  
Presidência da República  
Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, da Assembleia da República  
DREL  
Plataforma Sindical

Agrupamento de Escolas do Carregado

Carregado, 20 de Janeiro de 2009  
O Presidente da mesa

---